



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

O AJUSTE FISCAL NO BRASIL E SUAS REFRAÇÕES PARA O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE POBREZA

Larisse de Oliveira Rodrigues¹
Camila da Silva Rocha²
Maria Augusta Bezerra da Rocha³
Maria Dayane Soares dos Santos⁴

Resumo: O presente estudo busca analisar as implicações do ajuste fiscal no Brasil e seus rebatimentos para o agravamento das condições de pobreza. O procedimento teórico-metodológico pautou-se tanto numa revisão de literatura quanto em análises documentais sobre a incidência do ajuste fiscal na realidade brasileira e como tais instrumentos rebatem nas condições deletérias da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Ajuste fiscal. Pobreza. Desigualdade social.

Abstract: The present study seeks to analyze the implications of fiscal adjustment in Brazil and its repercussions for the worsening of poverty conditions. The theoretical-methodological procedure was based both on a literature review and on documentary analyzes on the incidence of fiscal adjustment in the Brazilian reality, and how these instruments rebound in the deleterious conditions of the working class.

Keywords: Tax adjustment. Poverty. Social inequality.

Introdução

No contexto de crise estrutural do capital na década de 1970 foi necessária uma saída para a crise através de um novo modelo de produção, uma nova base produtiva, para que o capital obtivesse as mesmas taxas de lucros iguais aos períodos anteriores (ANTUNES, 2002). Nesse contexto, o neoliberalismo surge também como uma reação à crise, encontramos em seu discurso a culpabilização das políticas sociais sendo o problema da crise. O Estado deve reduzir seus gastos sociais para transferir seus recursos para o capital financeiro. O Brasil e vários países da América Latina não estão fora dessa lógica, a flexibilização trouxe várias consequências para a classe trabalhadora em que o alvo principal foi a retirada de direitos sociais conquistados ao longo da história.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: larisse.ufrn@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: larisse.ufrn@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: larisse.ufrn@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: larisse.ufrn@gmail.com.

Em face do exposto, o presente estudo busca analisar as implicações do ajuste fiscal no Brasil e seus rebatimentos para o acirramento das expressões da questão social, enfatizando as consequências para o agravamento das condições de pobreza e desigualdade social. As reflexões neste artigo constituem resultados embrionários de um plano de trabalho voltado para consecução de um dos objetivos do Projeto de Pesquisa “As implicações do ajuste fiscal na efetivação das políticas sociais no agravamento da pobreza e desigualdade social” (CNPQ/DESSO/UFRN). O procedimento teórico-metodológico pautou-se tanto numa ampla revisão de literatura quanto em análises documentais sobre a incidência do ajuste fiscal na realidade brasileira. Tais instrumentos permitiram desvelar as refrações do receituário neoliberal para o constrangimento no financiamento em políticas sociais, rebatendo nas condições deletérias da classe trabalhadora.

Ajuste fiscal e receituário neoliberal na contemporaneidade: “Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores”⁵

Em face de uma ofensiva neoliberal e dos ditames do capitalismo de proeminência financeira, acirram-se as disputas pelo fundo público⁶ no intuito de canalizar o fruto da riqueza socialmente produzida para o pagamento da dívida pública através de uma agenda de políticas macroeconômicas capaz de salvaguardar e valorizar o Capital Portador de Juros (CPJ). Essas medidas tuteladas e orientadas pelos organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial – estão no rol de estratégias que vêm sendo intensificadas nas últimas gestões governamentais, desde a década de 1990 até o atual momento, e mais visceralmente incorporadas com a recente ascensão do governo ultraneoliberal, que colimará em uma série refrações vivenciadas pela classe trabalhadora, sobretudo no que concerne ao direcionamento dos recursos orçamentários destinados às políticas sociais, acirrando as expressões da questão social⁷.

É imprescindível, a priori, fazer um resgate no qual se gestou a trama do ataque aos recursos estatais, cujo epicentro está no processo de mundialização de capital⁸, iniciado em meados da década 1970, e as estratégias em resposta à crise no modo de produção capitalista - que alguns autores vão caracterizá-la de estrutural, devido suas

⁵ Os subtítulos desse estudo fazem alusão ao poema “Elogio da dialética” de Bertold Brecht.

⁶ O fundo público é obtido por meio de impostos, contribuições, taxas, bem como da mais-valia proveniente da riqueza produzida socialmente (SALVADOR, 2017).

⁷ “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

⁸ “Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente” (CHESNAIS, 2000, p.12).

particularidades. Como sinalizou Mézáros (2001), a crise possui quatro aspectos essenciais:

(1) seu caráter *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro (MÉSZÁROS, 2002, p. 796, grifos do autor).

Nesse cenário de crise estrutural, observam-se algumas estratégias econômicas, políticas e ideológicas cujo mote é reverter os impactos causados, entre essas ganham destaque os ideais neoliberais, cujo “o remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.11). Logo, sob a narrativa da insuficiência estatal, diante da crise fiscal, e, simultaneamente, com a exaltação da lógica de mercado, faz-se necessário o ajustamentos das contas públicas para que haja o controle da ordem econômica, o que justifica as medidas de contingenciamento e enxugamento dos recursos sociais.

Um arcabouço de medidas compõe o perfil dessas políticas macroeconômicas, como elucidada Lupatini (2012), são constituídas de medidas como a abertura comercial, a desregulamentação dos fluxos de capital, a lógica privatista nas empresas estatais, políticas monetárias e fiscais, atreladas concomitantemente ao sucateamento dos serviços e ataques aos direitos sociais, como as políticas de seguridade social, com a transposição do seu orçamento, minando a efetivação dos direitos sociais.

O endividamento dos Estados nacionais por meio da dívida pública, nesse contexto de crise, sobretudo da América Latina, vai desempenhar um papel fundamental para reverter a tendência da queda das taxas de lucro e permitir o funcionamento da lógica de acumulação, como explicita Marx, “a acumulação do capital da dívida pública significa [...] apenas a multiplicação de uma classe de credores do Estado autorizados a retirar antecipadamente para si certas somas do montante de impostos” (Marx, 1983c, p.19 *apud* Lupatini, 2012, p.67). Ou seja, a dívida é uma forma de usurpar dos valores produzidos pela classe trabalhadora para apropriação privada numa estratégia de captar a mais-valia e garantir a reprodução ampliada de capital.

Buscando atender os imperativos do capital com as devidas orientações neoliberais, intensificam-se as medidas de contenção estatal, com um Estado cada vez mais reduzido

para demandas sociais, mas, simultaneamente, capaz de fazer as imediações e acordos com o capital, sendo, portanto, um Estado maximizado para o capital (Netto, 2001). Assim, nota-se a refuncionalização do Estado, que vai priorizar o pagamento da dívida pública em detrimento dos investimentos em políticas sociais que: de um lado valoriza o capital através dessas medidas de transposição de recursos para amortização e juros do montante da dívida, garantindo sua alta lucratividade e, do outro, têm medidas mais comedidas aos recursos públicos em políticas sociais, que dissipa o caráter universalizante dos direitos e das políticas. Essas políticas passam a ser cada vez mais focalizadas e destinadas a atender a população mais pauperizada, ou mesmo caindo na lógica individualista e privatista do acesso por meio das iniciativas privadas, que vão conferir aos cidadãos a figura intitulada por Mota (1995) de “cidadão consumidor”, quando o acesso dos serviços dar-se-á por meio do consumo, numa perspectiva de mercantilização dos serviços sociais.

No Brasil, a adoção das políticas de cunho neoliberal, bem como do pacote de ajuste fiscal deu-se inicialmente no contexto pós-transição democrática, década de 1990, ainda na gestão do presidente Itamar Franco, com a implementação do Plano Real que, segundo Salvador (2017a), o tripé consistia em uma política monetária e suas altas taxas de juros, liberdade cambial – permitindo entrada e saída de divisas e, uma política fiscal, que se ancora no superávit primário, ou seja, o resultado positivo entre as despesas e as receitas, sem contabilizar os juros da dívida. Já em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, por imposição do FMI, foram implementadas metas desses superávits para que garantisse o pagamento dos juros da dívida visando um compromisso com a estabilidade econômica e com algumas contrarreformas⁹, não a toa que nesse período foram engendradas as contrarreformas do Estado, além da privatização de empresas estatais.

Segundo Salvador (2017a), com diferentes nuances o tripé que sustentou o Plano Real foi mantido nos mandatos ulteriores, liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), dando continuidade às medidas de estabilidade monetária e ajuste fiscal. É importante resaltar que, embora se tenha dado continuidade as políticas de pagamento de juros e amortização da dívida pública, houve nos governos petistas uma imersão de políticas e programas sociais, sobretudo na Assistência Social, que viabilizou o acesso aos direitos por uma parte significativa da população - principalmente nos programas de transferência de renda – mitigando, ainda que sem alcançar a plenitude e universalidade, a condição de sujeitos em situação de pobreza e extrema pobreza.

Contudo, observa-se que esse modelo que centraliza o funcionamento do capital financeiro, foi e vem sendo introjetado paulatinamente, alimentando o capital e a burguesia financeira e parasitária em detrimento das condições deletérias da classe trabalhadora, “e

⁹ O termo foi utilizado para referir-se ao conjunto de reformas regressivas aos direitos, adotado por Behring (2003).

assim, em nome da necessidade de pagar a dívida, todo um arsenal de mudanças, que contribuem para alimentar a lucratividade do capital, ganha ares de benefícios para toda a coletividade, universalizando interesses que são, na verdade, exclusivos à grande burguesia” (BRETTAS, 2012, p.112).

O ajuste, portanto, concentra medidas desenvolvidas pelo Estado, que são devidamente orientadas pelos organismos internacionais, para criação de superávits primários com vistas a garantir o pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida pública (SALVADOR, 2017). Entre as medidas adotadas pelo Estado está a drenagem do fundo público, como forma de salvaguardar os interesses do capital, escamoteando o investimento em políticas sociais. Nesse sentido, é sumamente relevante compreender as disputas de forças antagônicas pelo fundo público, em que o orçamento público, enquanto sua parte visível, conforme Salvador (2012) é uma peça para além do viés tecnicista, mas, sim, uma peça política, que deve assegurar recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais.

Atualmente, a gestão desse fundo público, sobretudo no que se refere ao Orçamento da Seguridade Social (OSS), ainda segundo o autor, assume um papel importante para compreender os desdobramentos da política de ajuste fiscal em curso no Brasil, que vem sendo intensificada gradativamente desde o início de seu processo, em 1993. Um instrumento relevante para subsidiar a lógica de canalização de recursos, é a chamada Desvinculação dos Recursos da União (DRU), criado no ano 2000, mas que tem suas bases no Fundo Social Emergencial de 1994. Por meio da DRU foi permitido já em 2004, a desvinculação de um total de 20% do orçamento das políticas de seguridade social, para garantir o superávit e firmar a manutenção de recursos para o pagamento de uma dívida pública. Todavia, o percentual usurpado da Seguridade Social é ampliado de 20% para 30% no ano de 2016, por meio da Emenda Constitucional nº96, o que demonstra a primazia da gestão dos ativos da dívida pública em detrimento do investimento em políticas sociais, em consonância com o receituário neoliberal de reduzir o tamanho do Estado com as demandas sociais, cuja apropriação do orçamento estatal configura um verdadeiro ataque aos direitos conquistados a duras penas. Portanto, como evidencia Brettas (2012):

Em suma, tanto o tamanho da dívida pública quanto sua gestão [...] envolvem a defesa de interesses do grande capital e que têm por base uma determinada correlação de forças entre eles e a classe trabalhadora. O desafio é expor o significado dessa política de pagamento de juros e questionar o caráter inexorável que é dado a ela (BRETTAS, 2012, p. 117 -118).

Além da elevação do percentual da DRU, recentemente vêm acirrando os cortes no financiamento de diversas políticas, que inviabiliza os direitos sociais, como pode ser observado com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, em dezembro de 2016, que impõe um Novo Regime Fiscal com um teto de gastos para as despesas primárias pelo

prazo de vinte anos, sem impor restrições – do mesmo modo – ao pagamento dos juros e amortizações da dívida. Essas medidas de apropriação dos recursos socialmente produzidos, por meio do superávit primário, das renúncias tributárias e do novo regime fiscal, tem como gerência o braço do Estado, com um papel decisivo nessa lógica de acumulação centrada na esfera financeira, que conforme Mészáros “[...] o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado” (MÉSZÁROS, 2003, p. 29 *apud* SALVADOR, 2012, p.6).

Dessa forma, a crise financeira acaba sendo paga pelo montante de riqueza produzida que deveria retornar aos seus produtores na forma de investimento em políticas sociais e recursos para os serviços públicos, mas acaba sendo drenada para alimentar o capital parasitário por imposição desse pacote de ajustes, restringindo cada vez mais o acesso aos direitos sociais por comprometer o uma parte significativa do orçamento destinado à seguridade social, um orçamento que “nos moldes determinados na CF de 1988 virou “letra morta”, todos os governos que passaram pelo palácio do planalto desde 1988 não transformaram o dito constitucional em ação efetiva” (SALVADOR, 2017, p.68). Essa articulação, ainda conforme Salvador (2017), vem comprometendo cerca de um terço do orçamento com as despesas de dívida pública, em 2015, através dos dados do Sistema Siga Brasil, por exemplo, cerca de R\$ 417,25 bilhões foram destinados exclusivamente para o pagamento de juros e amortizações, quase 25% do orçamento do referido ano.

Esse número é ainda mais expressivo de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida¹⁰, em 2015, com dados coletados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), a União gastou o equivalente a R\$ 42,43% com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, cerca de R\$ 962 bilhões de um total de R\$ 2,268 trilhões de reais do Orçamento Geral da União. Todavia, destinados à seguridade social, os recursos somados não correspondem a 30% desse orçamento, sendo respectivamente 22,69% para a previdência social, 4,14% para a saúde e apenas 3,05% para a assistência social.

O escoamento dos recursos públicos para dívida pública se intensificam nos anos subsequentes, como pode ser observado no ano de 2018, já em vigor a DRU de 30% e a EC.95, nesse ano o Orçamento Federal pago foi de R\$ 2,621 trilhões de reais, dos quais 40,66% foram para a dívida pública, um total de R\$ 1,065 trilhões de reais que deixam de financiar as políticas sociais. Desse total pago, à previdência social foram destinados 24,48%, à saúde 4,09% e à assistência social 3,26% do montante, que, embora, à previdência e assistência configurem aumento no percentual quando comparado ao ano de 2015, nota-se que são valores irrisórios, sobretudo à assistência com apenas 0,21% de

¹⁰ A auditoria cidadã da dívida é uma associação sem fins lucrativos que realiza a auditoria da dívida pública brasileira em todos os entes da federação.

diferença, tendo em vista que o orçamento de 2018 teve um acréscimo de R\$ 353 milhões de reais do total de 2015. O cenário para os próximos anos são sucessivas perdas nas políticas sociais, quanto à política de assistência, por exemplo, conforme a Nota Técnica nº 27 do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA), estimativas revelam que os recursos com vigência da Emenda que estabelece um teto de gastos para os próximos 20 anos, teriam uma queda de 0,70% do PIB em 2036, além de perdas progressivas que totalizariam R\$ 868 bilhões, o que comprometem a cobertura das políticas sociais, a garantia dos direitos e tendem a acirrar as condições de pobreza e desigualdade.

Dessa forma, com quase metade do orçamento comprometido para alimentar o capital financeiro e um punhado de credores que detém os títulos da dívida, são atrofiados os investimentos em serviços e políticas sociais. Essa estratégia do receituário neoliberal, que disciplina os países de capitalismo dependente, está perpetrada há mais de duas décadas no Brasil e ao assumir diversas nuances vem repercutindo nas condições aviltantes da população, pois sobre ela recai o ônus de sustentar essa dinâmica de acumulação parasitária. Em face da ofensiva neoliberal, a estratégia contínua de ajuste fiscal é, de fato, um projeto de sociedade, na qual criam-se dois paralelos, desiguais e combinados, de um lado: ampliação da lucratividade do capital; do outro: agudização das expressões da questão social.

Neoliberalismo, ajuste fiscal e acirramento da pobreza: “a injustiça passeia pelas ruas com passos seguros”

O neoliberalismo, enquanto um dos principais elementos que colabora para o desenvolvimento e continuidade do pacote de ajuste fiscal caracterizado no item anterior, economicamente não cumpriu sua missão de reanimar o capitalismo restaurando as taxas de acumulação que vigoravam nas décadas anteriores. Mesmo não tendo o resultado esperado em termos econômicos essa doutrina continua vigorando no âmbito social, político e ideológico ao conseguir um êxito que seus fundadores jamais sonharam na disseminação da simples ideia de que não há alternativas fora à aplicação do seu receituário. Com isso, atingem um de seus maiores objetivos “criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria” (ANDERSON, 1995, p. 20).

A desigualdade, apesar de agudizada com o receituário neoliberal, é um traço intrínseco à dinâmica de funcionamento do capitalismo conforme a sua lei geral de acumulação: crescimento do investimento no capital constante diminuindo o dispêndio com a força de trabalho pressionando e aumentando a exploração sobre os trabalhadores ao passo que se amplia um exército industrial de reserva correspondente às necessidades do

capital. A atuação dessa lei geral de acumulação explicita a desigualdade social enquanto traço indissociável do funcionamento desse modo de produção que ocasiona nos termos de Karl Marx

uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (2013, p.877).

A acumulação de miséria no polo que produz a riqueza e não se apropria dela é, portanto, uma das resultantes da desigualdade engendrada pela sociedade burguesa, conforme a sua lei geral de acumulação, sendo denominada como pobreza.

Apesar da pobreza ser uma das resultantes da desigualdade engendrada com a Lei geral de acumulação, por isso um produto necessário e ineliminável¹¹ do Modo de produção capitalista, pode ser mediada/atenuada com os investimentos do Estado no campo das políticas sociais. Entretanto, em face das políticas de cunho neoliberal e apropriação do fundo público para alimentar o capital parasitário por imposição do pacote de ajuste fiscal, os investimentos sociais são cada vez mais retraídos enquanto cresce o orçamento destinado para o pagamento da dívida pública. Essa dinâmica que sustenta o capital em plano mundial, e que, sobretudo, se acirra nos países periféricos incluindo a América Latina, com a apropriação privada do fundo público alimentando o capital parasitário reatualiza a lei geral de acumulação capitalista: “Quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior a acumulação dela por alguns poucos [...] e maior a pauperização da maioria (que a produzem, mas pouco lhes resta em relação à riqueza por eles produzida).” (SIQUEIRA, 2011, p. 212).

Assim, o percurso histórico de aplicação desse receituário neoliberal, sobretudo com as medidas de ajuste fiscal na América Latina, contribuiu para o aprofundamento da desigualdade social. Conforme assinala Borón (1995, p.97) “as políticas neoliberais não só foram incapazes de diminuir os bolsões de pobreza, como ao contrário, aumentaram consideravelmente a distância que separava ricos de pobres”. Distância essa que se alarga cada vez mais tendo em vista que 26 indivíduos em 2018 concentravam a mesma riqueza que os 3,8 bilhões de pessoas que compõe a metade mais pobre do planeta (OXFAM, 2019).

¹¹ “Mesmo em países que possuem o índice de miséria e indigência próximo de, ou igual a zero, e mesmo em locais ou cidades onde os trabalhadores vivem com conforto e suas necessidades básicas integralmente satisfeitas, suas aquisições são, em relação à riqueza produzida e acumulada, inferiores” (SIQUEIRA, 2011, p.222).

Paradoxalmente, o aprofundamento da desigualdade social não é um traço incomum ao neoliberalismo tendo em vista que para essa doutrina o acúmulo de riqueza e conseqüentemente aumento da pobreza é sinal de que se está caminhando no rumo correto, em que as forças do mercado atuantes se movem sem interferências colocando em marcha o instinto capitalista livre de regulações. É necessário, então, apreender e analisar que a pobreza não é algo dado naturalmente, mas sim pautada nas formas de organização, produção e distribuição da riqueza, sendo uma categoria política localizada “no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista em que convivem acumulação e miséria” (YAZBEK, 2006, p. 22-23). Assim, a pobreza é uma expressão direta das relações capitalistas vigentes ampliada com o plano de radicalidade neoliberal que deixou como legado uma sociedade heterogênea e desigual marcada por outras condições reiteradoras de desigualdade (classe, gênero, raça e etnia) que foram exacerbadas com a aplicação de suas medidas.

O neoliberalismo interliga-se também com outro processo nascido da liberalização da economia e da estratégia do capital em cenário de crise, a mundialização do capital. Essa mundialização apesar de na aparência significar uma integração econômica entre os países com uma repartição menos desigual das riquezas na verdade acentuou as tendências de polarização e desigualdade. Conforme enfatiza Chesnais (2001, p.12)

O fato de que se tenha integração para uns e marginalização para outros, resulta do processo contraditório do capital na busca de rentabilidade, ao mesmo tempo que ele determina os limites. Deixando-o por sua conta, operando sem nenhuma rédea, o capitalismo produz a polarização da riqueza em um pólo social (que é também espacial), e no outro pólo, a polarização da pobreza e da miséria mais “desumana”.

Assim, o capital mundializado acirra a concentração da riqueza em um pólo social e acentua a polarização da pobreza no outro, o que potencializa a lei geral de acumulação capitalista em que se sustenta a questão social.

Assim, a pobreza contemporânea condensa a manifestação mais latente da questão social resultante da contradição capital/trabalho que se reformula e se refina mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural que não se resolve numa formação econômico-social essencialmente excludente (YAZBEK, 2001). Assim, a análise da pobreza em suas múltiplas manifestações interliga-se com a questão social, como categorias indissociáveis entrelaçadas no contexto de radicalidade neoliberal, disputa do fundo público e mundialização do capital.

O Brasil, enquanto país que concentra 1/3 da população latino-americana, expressa esse acirramento das expressões da questão social ao apresentar o aumento significativo dos níveis de pobreza¹² entre 2014 e 2017 passando de 36,2 milhões de brasileiros que corresponde a 17,9% da população para 43,5 milhões o que representa 21% da população

¹² Rendimento domiciliar per capita de até US\$5,50 dólares por dia (IBGE, 2017).

do país (Banco Mundial, 2019). Concomitantemente também ocorreu o aumento dos indicadores sobre a extrema pobreza¹³, passando do patamar de 6,6% da população em 2016 para 7,4% em 2017 (IBGE, 2017). O aumento dos níveis de pobreza e desigualdade na realidade nacional atesta a dinâmica de funcionamento capitalista acirrada com a mundialização do capital e a atuação do receituário neoliberal que na contemporaneidade continua a construção do legado de sociedades heterogêneas resultantes de um desenvolvimento desigual e combinado tal como expresso na realidade brasileira.

Assim, a lógica excludente do capital mundializado ao avançar na contemporaneidade amplia a pobreza, “exclusão” e subalternidade enquanto indicadores de uma forma de inserção na vida social, expressos pelo não acesso ao usufruto mínimo da riqueza socialmente produzida conforme se evidencia ao 14 milhões de famílias brasileiras usarem lenha ou carvão para cozinhar. Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o fogão a lenha é o fator ambiental responsável pelo maior número de mortes no mundo, morrendo mais pessoas em consequência de seu uso do que de malária, causadora de 800 mil mortes/ano (SÁ, 2018). O modo de funcionamento do capitalismo deixa bem explícito então sua indiferença diante dos destinos de contingentes de homens e mulheres trabalhadores sobrando para as suas necessidades de expansão e usurpados do acesso a políticas sociais que lhes possam garantir um mínimo de dignidade e usufruto da riqueza socialmente produzida.

Considerações finais: “Quem reconhece a situação como pode calar-se?”

Sob a égide da dominância do Capital financeiro, em face de uma ofensiva neoliberal, acirram-se as disputas pela apropriação da riqueza socialmente produzida com vistas a sustentar a lógica ditada pelo capital para garantir sua reprodução ampliada. Ao longo de mais de vinte anos, no Brasil, vem-se articulando diversas medidas de ajustamento fiscal, orientadas pelos organismos internacionais, que intensificam o constrangimento dos recursos estatais destinados às políticas sociais, em detrimento do superávit primário, para drenagem dos recursos para o pagamento de juros, amortizações e encargos da dívida pública.

Nos últimos anos, esse funcionamento comprometeu quase metade do orçamento da União rebatendo nas condições degradantes da população, sobre quem recai o ônus de mover essa engrenagem. Essa estratégia, na verdade, um projeto de sociedade marcadamente desigual, que reverbera no atrofiamento das políticas sociais, derruição dos direitos e negação do usufruto da riqueza produzida.

¹³ Rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 por dia (ou cerca de R\$ 140,00 mensais em valores de 2017 (IBGE, 2017).

Esse não usufruto da riqueza interliga-se com a ofensiva do capital no campo da apropriação do fundo público que destinado a alimentar o capital e a burguesia financeira retraem o financiamento das políticas sociais colocando a nu (para além dos dados estatísticos) a face mais degradante da desigualdade no acesso aos bens, serviços e direitos absolutamente essenciais como moradia, habitação, educação e trabalho (BOSCHETTI, 2012). A retração do acesso aos bens e serviços sociais atesta assim a banalização do humano própria de um desenvolvimento econômico que se traduz na barbárie social. O legado neoliberal, portanto, se aprofunda e amplia o contingente populacional que vivencia privações tanto no usufruto de bens e serviços quanto também no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças.

Assim, a desigualdade estrutural que impera, sobretudo na América Latina, em decorrência de um desenvolvimento desigual e combinado se alimenta e se reproduz pela forte concentração de renda e de propriedade, da dinâmica de alimentar o capital parasitário e da retração dos investimentos sociais. Essas transformações em curso do capitalismo contemporâneo com a mundialização e radicalização neoliberal conformam sociedades desiguais que vão deixando suas marcas na população mais empobrecida: no aumento da pobreza, na debilidade da saúde, na moradia precária, na alimentação insuficiente, na revolta e na tensão.

As marcas de uma sociedade desigual engendra também subjetivamente um homem fragmentado, divorciado de si mesmo, que enfrenta o desafio de conviver com a desigualdade, “entre pobreza e riqueza, entre acesso e não acesso, entre possibilidade e não possibilidade.” (BOSCHETTI, 2012). Mesmo convivendo com privações múltiplas esse homem é obstinado a mudar de vida e convive com o caminho da desesperança enfrentando a dialética de um fazer história à margem da realidade dominante e das ideias dominantes. O desafio então consiste em buscar os caminhos que possam recompor os homens fragmentados de si mesmos e que tais homens ao se reconstruírem, também possam recompor essa sociedade, realizar tais feitos numa sociabilidade que submete às necessidades humanas ao poder das coisas é a questão.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Orçamento Federal Executado em 2015**. Disponível em: <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/08/grafico-2015-2.pdf>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

_____. **Orçamento Federal Executado em 2018**. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/02/grafico-2018.pdf>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.63-118.

BANCO MUNDIAL. **¿Cómo afecta el ciclo económico a los indicadores sociales en américa latina y el caribe?** Cuando los sueños enfrentan la realidad. Informe Semestral. Abril, 2019.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma: desestruturação e perdas de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanette. América Latina, Política Social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: Salvador, Evilásio (Org). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.p.93-120.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, São Paulo, n.5, p.7-28, 2001.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. Nota Técnica 27, setembro de 2016. Brasília, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE: Rio de Janeiro, 2017. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica).

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

OXFAM BRASIL. **Bem público ou riqueza privada?** OXFAM BRASIL: São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/publicacoes/2019_bem_publico_ou_riqueza_privada_pt-br.pdf>. Acesso em 18 de jun de 2019.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista** (Online), v. 14, p. 4-22, 2012.

_____. A desvinculamentação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. In: **Revista Advir**. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: Asduerj, 2017a.

_____. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: **Revista Serviço social e sociedade**. n.130,p.426-446, set/dez. 2017.

SÁ, XICO. **Brasil a lenha**: Em nome de uma certa modernidade suspeita, a direita golpista devolveu o país ao primitivismo. EL PAÍS. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/28/opinion/1524874241_310445.html>. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

SIQUEIRA, Luana de Souza. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. 2011. 374 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Revista **Tempo0ralis** n. 3, ano 2, jan-jun. Brasília: ABEPSS, 2001 (p.33-40).